

Resolva as questões abaixo e marque no gabarito a alternativa correta – a marcação deverá ser à tinta e não conter rasuras, caso não sejam observadas tais prescrições a(s) marcação(ões) será(ão) desconsiderada(s).

1. De acordo com a atual sistemática, da decisão que não admitir os embargos infringentes caberá

- a) apelação, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- b) agravo, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- c) apelação, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- d) agravo interno, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- e) apelação, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

2. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada é óbice ao conhecimento do agravo de instrumento, mesmo quando, por outros meios inequívocos, for possível aferir a tempestividade do recurso;
- b) O relator pode negar seguimento monocraticamente ao recurso de embargos de declaração apresentado em face da decisão colegiada do recurso de apelação;
- c) O agravo devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, exceção feita às questões suscitadas e discutidas no processo e que a sentença não tenha julgado por inteiro;
- d) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto em petição dirigida ao juiz da causa, no prazo de 10 (dez) dias;
- e) Cabe agravo interno da decisão monocrática do relator que converte o agravo de instrumento em agravo retido.

3. Contra decisão monocrática do relator, que defere a concessão de efeito suspensivo a recurso de agravo de instrumento, é cabível

- a) mandado de segurança.
- b) agravo ao órgão julgador colegiado
- c) recurso especial ou recurso extraordinário.
- d) agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça.

4. Sobre o Agravo Interno previsto no novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão que não admitir os embargos caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- b) O agravo interno é recurso utilizado para impugnar decisão proferida pelo relator contudo, este não será encaminhado ao órgão colegiado e sim para instância superior e tem como objetivo a uniformização de decisões judiciais.
- c) Não há necessidade de se impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada vez que o objetivo deste recurso é a reanálise dos fundamentos da decisão agravada.
- d) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

5. Segundo o novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração:

- a) Cabem contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição somente.

- b) Cabem contra qualquer decisão judicial para suprir omissão, contradição, erro material e obscuridade.
- c) O novo prazo para oposição dos embargos é de 10 dias, sendo que o juiz deverá julgar em 05 dias.
- d) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo.

6. Sobre os embargos infringentes, assinale a alternativa incorreta:

- a) No atual Código de Processo Civil, os embargos infringentes é espécie recursal cabível quando acórdão não unânime julgar a apelação e reformar a sentença de mérito, ou julgar procedente a ação rescisória.
- b) Em caso de desacordo parcial, os embargos infringentes serão restritos à matéria que foi objeto de divergência, ou seja, aos diferentes capítulos do mesmo acórdão em que houve julgamento por maioria e não por unanimidade.
- c) O novo Código de Processo Civil ainda prevê os embargos infringentes, contudo, ao alterar alguma de suas regras previstas no atual CPC, conferiu maior segurança jurídica ao recurso.
- d) Da decisão que não admitir os embargos caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

7) Encerrada a fase instrutória nos autos de ação de alimentos, proferiu o juiz sentença em que condenava o réu a pagar ao autor determinada verba mensal, a título de pensionamento. Inconformado, o demandado interpôs recurso de apelação, o qual foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Discordando dessa decisão, por entender que o apelo do réu não seria dotado de efeito suspensivo, deve o autor, de acordo com o atual CPC:

- a) interpor agravo retido, o qual deverá ser provido pelo órgão *ad quem*;
- b) interpor agravo de instrumento, o qual deverá ser apreciado pelo órgão *ad quem*;
- c) interpor agravo interno, o qual deverá ser apreciado pelo órgão *ad quem*;
- d) interpor agravo retido, o qual deverá ser desprovido pelo órgão *ad quem*;
- e) ajuizar mandado de segurança, por se tratar de decisão irrecorrível.

8. Com relação ao agravo retido, assinale a alternativa incorreta:

- a) Com o novo CPC, o agravo retido desaparece do sistema vez que as questões resolvidas por decisões interlocutórias não são suscetíveis de agravo de instrumento e só poderão ser atacadas nas razões de apelação.
- b) No atual CPC, o agravo retido depende de preparo para sua admissão.
- c) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo, nele expostas sucintamente as razões do agravante.
- d) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

GABARITO – MARCAR À TINTA E NÃO RASURAR							
1	2	3	4	5	6	7	8